



Dois pormenores de trabalho nos campos de arroz, no CAIL (foto de Carlos Alberto)

# CAIL

## As razões do malogro

Contrariamente ao habitual, nenhum dos presentes à reunião recentemente realizada no Chókwe para balanço dos resultados obtidos ao fim do primeiro semestre da campanha agrícola 80/81 evocou a falta de divisas como estando na origem do malogro que se registou no maior complexo Agro-Industrial do País. E não foi sem razão; com efeito, o Estado moçambicano investiu ali mais de 1 milhão em divisas para a aquisição de equipamento, que à partida poderia ter garantido a realização do plano a que o CAIL se propunha. Porquê, então do desastre verificado?

Como referimos oportunamente, a razão principal para o não cumprimento de metas na campanha agrícola deste ano no Complexo Agro-Industrial do Limpopo, a

maior empresa do ramo no País, foi a não observância do calendário agro-técnico. Este facto, por sua vez, deveu-se à não chegada a Moçambique de roldanas para as

rodas guias de charruas, que entretanto haviam sido importadas da África do Sul pela empresa Entrepasto.

Em segundo lugar, registou-se a chegada tardia de produtos químicos, nomeadamente adubos, pesticidas, herbicidas, que no CAIL só foram recebidos cerca de meio ano mais tarde e ainda por cima em quantidades insuficientes.

Paralelamente, também este ano continuaram a verificar-se outros problemas, nomeadamente a imobilização de grande parte da maquinaria, por falta de peças sobressalentes para a sua manutenção e reparações, facto este agravado pela existência de um reduzido número de mecânicos na empresa, aliás sem os conhecimentos necessários para garantir um bom funcionamento de toda aquela maquinaria.

Todos estes factores, porém, constituem a causa mais próxima dos resultados desastrosos ao fim do primeiro semestre da campanha agrícola 1980/81 naquele complexo. Daqui se coloca a seguinte pergunta: sendo o CAIL uma empresa estratégica para o abastecimento do povo, porque não foram tomadas logo de início as medidas necessárias para se evitar o malogro que agora veio ao conhecimento público?

Diversos intervenientes nos debates de Chókwe, aquando da realização da reunião de balanço, apontaram a falta de perspectiva para o futuro do CAIL e o facto de ali se estar a trabalhar empiricamente.

Com efeito, aqui está o início do fio da meada, a partir do qual se pode seguir até atingir os aspectos de fundo, os reais problemas que, aliás, para além do CAIL podem afectar outras grandes empresas.

Assim, para começar, é importante referir que, situada na zona mais fértil para a agricultura em toda a região ao Sul do Save, o CAIL surge em tanto que empresa estatal em 1977.

Definindo-a como estratégica,

como já se disse, o governo faz um grande investimento, superior a 1 milhão de contos em divisas na aquisição de diverso tipo de maquinaria em quantidades quicá suficientes para estes primeiros anos do seu funcionamento.

Este investimento, que prova a preocupação do Estado em desenvolver aquela região, não foi porém secundado por outras medidas que visassem garantir um maior rendimento do equipamento. Note-se que os trabalhadores daquela empresa não têm sequer uma carta de solos que lhes indique os diversos graus de fertilidade da terra. Sem esta carta, todo o trabalho de adubação só pode ser feito empiricamente.

Por outro lado, para programar, dirigir e controlar o trabalho de uma média de dois mil trabalhadores efectivos e outros milhares de sazonais em épocas de ceifa do arroz, aquela empresa contou desde sempre apenas com um engenheiro agrónomo, um especialista em fitossanidade e o próprio director que também é agrónomo, sendo os outros responsáveis, nomeadamente os chefes de filiais, indivíduos com muitas limitações, e dos quais são poucos os que concluíram a 4.ª classe.

Sublinhe-se também que o CAIL nunca teve um economista ou técnico de contas, tendo sido apenas há bem pouco tempo que conseguiu empregar um contabilista, que até à altura da reunião de balanço se encontrava fora de serviço por motivos de saúde.

Isto no que diz respeito às dificuldades que a própria empresa enfrenta no terreno. Outras questões de fundo ultrapassam o âmbito do complexo, e são o reflexo de todas as limitações que se registam noutros sectores de actividade económica. E, como afirmamos logo no início deste trabalho, não se trata apenas de escassez de divisas, mas sim da falta de experiência e sensibilidade para os pequenos-grandes problemas em alguns casos, da incapacidade de distinguir o prioritário do secundário noutros e também da má escolha de certos parceiros comerciais.

Para ilustrar estas afirmações, voltemos a usar como exemplo as causas próximas do malogro no CAIL.

Pelo que disse a direcção da empresa, a carta de solos fora pedida aos serviços competentes há muito tempo, mas esses teriam dito em resposta que tinham outros trabalhos prioritários à frente, como se a produção de cerca de 50 mil toneladas de arroz o não fosse.

A chegada tardia dos produtos químicos espelha as limitações existentes nos nossos serviços de importações e de aprovisionamento, ou o inverso, como se queira.

A não chegada de roldanas para as rodas-guias de charruas, (o que implicou um gasto de 4 mil contos na compra de novas charruas quando as roldanas custariam apenas cerca de 25 contos em divisas)

só se pode compreender pelo facto lógico de que a África do Sul nunca poderá facilitar a nossa vida, fazendo tudo para sabotar os empreendimentos moçambicanos, especialmente quando estratégicos.

E aqui entramos no aspecto político da questão, que realmente esteve na origem do desastre verificado no complexo Agro-Industrial do Limpopo ao fim do primeiro semestre da campanha. Um aspecto que desta vez prejudicou o plano no Chókwe, mas que ameaça outros projectos, a não ser que os diversos quadros sobre quem compete criar os mecanismos de funcionamento dos diversos planos tomem plena consciência do facto.

Comentando este pormenor naquela reunião, o Secretário do Comité Central para a Política Económica do Partido, Marcelino dos Santos, fez ver aos presentes que há muita gente que ainda acredita não haver relação entre política e negócio, muitas vezes optando por produtos de países capitalistas, quando esses mesmos produtos poderiam ser comprados em países socialistas, aliados naturais da República Popular de Moçambique. Veio o comentário a propósito da importação de roldanas, mas aplica-se também para outras coisas.

Tendo este fundo como a razão principal, soavam um tanto que a falso algumas vozes que na reunião pretendiam atribuir unicamente ao CAIL as responsabilidades do sucedido.

**FILIPPE MATA**

Vista geral de um campo no CAIL, vendo-se em primeiro plano uma escavadora na preparação da terra (foto de Carlos Alberto)

